

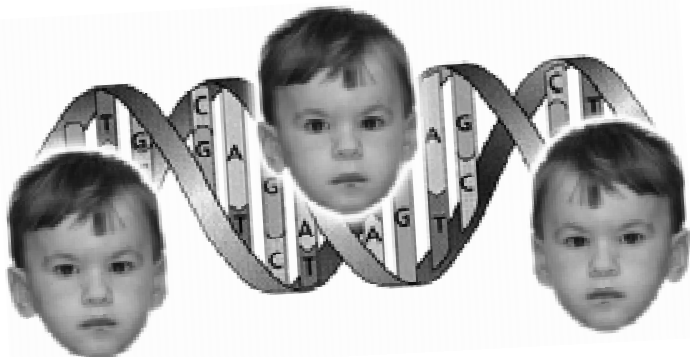
# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.378 – BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 10 DE OUTUBRO DE 2001

## Pacientes poderão receber em casa atendimento médico do SUS

Proposta aprovada pelo Plenário proporciona vantagens tanto ao sistema, por liberar leitos em hospitais, como ao paciente, que poderá receber junto com o tratamento “o carinho de seus familiares”, segundo o relator Geraldo Althoff



### Plenário censura a clonagem de seres humanos

Foi aprovado pelo Plenário requerimento do senador Tião Viana formulando voto de censura aos cientistas Panayiotis Zavos, Severino Antinori e Brigitte Boisselier, que anunciaram o propósito de clonar seres humanos. A proposta gerou intenso debate. “Vamos nos omitir num assunto que pode ser muito mais grave que a prática da violência oriunda do movimento nazista?”, questionou Tião Viana.

PÁGINA 8



O Senado aprovou ontem projeto que autoriza os profissionais do Sistema Único de Saúde – médicos, enfermeiros, fisioterapeutas, psicólogos e assistentes sociais – a prestar atendimento em domicílio. A proposta prevê a possibilidade de internamento residencial, que ocorrerá se houver concordância do paciente e da família. Por causa de uma emenda, o presidente do Senado, Ramez Tebet, encaminhou a matéria à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para decidir se a mudança é apenas de redação ou se altera o conteúdo. Se for de redação, o projeto será enviado à sanção presidencial.

PÁGINA 3

### Bloqueio de programa de TV

Comissão de Educação acolhe projeto que possibilita bloqueio de programação inadequada.

PÁGINA 6

Em votações secretas, os senadores aprovaram ontem mensagens do presidente da República indicando três diplomatas para ocuparem as embaixadas no Reino Unido e na Nigéria, além da chefia da Delegação Permanente do Brasil em Genebra.

PÁGINA 3



Os senadores Geraldo Althoff e Álvaro Dias questionaram dirigentes do Vasco da Gama sobre irregularidades

### Álvaro crê que funcionário é “laranja” de Eurico Miranda

PÁGINA 7



### CAE aprova venda de crédito com a Polônia

A Comissão de Assuntos Econômicos acolheu pedido do Executivo para negociar no mercado internacional crédito de R\$ 3,4 bilhões que o Brasil tem com a Polônia. A matéria será agora examinada pelo Plenário.

PÁGINA 4

# Senadores tentam reabrir diálogo entre grevistas e ministro da Educação

Por iniciativa de Ricardo Santos, foi formada comissão para conversar com Paulo Renato Souza. "Temos 52 instituições em greve e os alunos correm risco de perder o semestre", disse o senador

A Comissão de Educação aprovou ontem requerimento de seu presidente, senador Ricardo Santos (PSDB-ES), que propôs a formação de comissão para conversar com o ministro Paulo Renato Souza. O objetivo é restabelecer um canal de comunicação entre o comando de greve das universidades federais, paralisadas há quase 50 dias, e o Ministério da Educação.

A comissão é integrada pelo próprio Ricardo Santos e pelos senadores Antonio Carlos Júnior (PFL-BA), Mauro Miranda (PMDB-GO), Emilia Fernandes (PT-RS) e Marluce Pinto (PMDB-RR). Os senadores irão sugerir à Câmara dos Deputados que também integre a comitiva, que deverá marcar uma audiência com o ministro até amanhã.

— Estamos vivendo uma situação séria. Temos 52 instituições em gre-



Comissão de Educação também aprovou a realização de audiências públicas para debater a implantação da TV digital no Brasil

ve e os alunos correm risco de perder o segundo semestre. Além disso, o vestibular do próximo ano está ameaçado e o impasse continua entre o MEC e o comando de greve — afirmou o autor da proposta.

Ricardo Santos observou que esse canal tinha sido aberto, mas foi fechado há dez dias, depois que o

ministro suspendeu o pagamento dos salários dos professores. O senador Mauro Miranda chegou a propor que, em vez de procurarem o ministro Paulo Renato, os parlamentares fossem diretamente ao presidente Fernando Henrique, sugestão que teve apoio da senadora Emilia Fernandes. No entanto, após

ponderações do senador Romeu Tuma (PFL-SP), ficou acertado que haverá uma primeira audiência com o ministro da Educação e, se ela não surtir os resultados esperados, a comissão irá ao presidente da República.

## TV DIGITAL

A Comissão de Educação também aprovou requerimento dos senadores Gerson Camata (PMDB-ES) e Antonio Carlos Júnior para a realização de duas audiências públicas conjuntas, entre a CE e a Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação e Informática, para debater a implantação da TV digital no Brasil. Um dos convidados deverá ser o engenheiro Fernando Biten-court, da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert). A data do evento ainda não foi marcada.

## Tebet vai ajudar na busca de solução para impasse

O presidente do Senado, Ramez Tebet, recebeu ontem comissão de representantes de servidores públicos e professores universitários em greve, acompanhados pelo líder do Bloco Oposição, senador José Eduardo Dutra (PT-SE), e pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP). Tebet prometeu intermediar negociações na busca de uma solução para o impasse.

A paralisação dos servidores começou em 25 de julho e das universidades em 22 de agosto. Estavam representadas na audi-



Ramez Tebet recebeu comissão de representantes de servidores públicos e professores universitários em greve

ência a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes), a Federação dos Sindicatos de Servidores da Administração das Universidades Federais (Fasubra), a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

## Intermediação do Senado garante audiência para MST

Graças à intermediação do presidente do Senado, Ramez Tebet, e de integrantes da Mesa e do Bloco Oposição, serão reabertas hoje as negociações entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Movimento dos Sem Terra (MST). O acerto ocorreu em várias conversas por telefone, na noite de ontem, e o ministro Raul Jungmann prometeu receber o MST.

O líder do bloco, José Eduardo Dutra (PT-SE), e os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Heloísa Helena (PT-AL) chegaram ao gabinete da Presidência do Senado no final da tarde, acompanhando Gilmar Mauro, da direção nacional do MST, frei Sérgio Górgen, da Pastoral da Terra, e Rose Gomes, da Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Ru-

rais, e comunicaram a Tebet que os sem-terra, reunidos no Auditório Petrônio Portella, negavam-se a abandonar o recinto e encontravam-se em vigília, pedindo a intermediação do Senado para conseguir uma audiência com Jungmann. Pouco depois, Edison Lobão (PFL-MA), Antero Paes de Barros (PSDB-MS) e Ronaldo Cunha Lima (PSDB-PB) chegaram ao gabinete para ajudar nos entendimentos.

Tebet garantiu que em nenhum momento o Senado foi pressionado pelo MST.

— Não houve qualquer ameaça. O Legislativo tem uma couraça muito grande, porque quem ama a democracia sabe que ela não existe sem Legislativo forte. O Senado nunca será refém de ninguém — afirmou.

## AGENDA

QUARTA-FEIRA, 10 DE OUTUBRO DE 2001

Senador Ramez Tebet  
Presidente

8h — Café da manhã com a Representação Parlamentar Federal da Região Centro-Oeste. *Salão Azul do Hotel Nacional*  
10h30 — Sra. Marian Otamendi, representante da *BusinessWeek*  
11h — Sr. José Coderch, embaixador da Espanha  
13h — Almoço em homenagem ao Dia do Diplomata. *Palácio do Itamaraty*  
15h30 — Sessão deliberativa ordinária do Senado Federal  
18h15 — Ministro Pedro Parente, chefe da Casa Civil  
18h45 — Desembargador Carlos Prudência, vice-presidente do Instituto dos Magistrados do Brasil

### PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária  
Pauta: requerimento convocando o ministro da Fazenda, Pedro Malan, para prestar informações sobre os impactos na economia a partir da aprovação de projeto que cria o Código de Defesa do Contribuinte; projeto que autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Amapá e Pará (Riapa) e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Delta do Rio Amazonas; projeto que proíbe qualquer atividade relacionada com o uso de minas terrestres antipessoais; emendas da Câmara a projeto do Senado que transfere ao domínio do estado de Roraima terras pertencentes à União; e PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão de som e imagem.

### COMISSÕES

9h — Comissão de Assuntos Sociais  
Pauta: 6 itens, incluindo projeto que dispõe sobre a indicação de edulcorantes na embalagem de produtos dietéticos e similares. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania  
Pauta: 29 itens, incluindo projeto que concede a gratuidade de exames de DNA; projeto que autoriza municípios a formarem consórcios para implementar política comum de desenvolvimento; projeto que dispensa do recolhimento de custos processuais as pessoas carentes ou desempregadas. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

10h — Comissão Mista da MP nº 2196-3 — estabelece o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais e autoriza a criação da Empresa Gestora de Ativos (Emgea)  
Pauta: audiência pública que tem o ministro da Fazenda, Pedro Malan, entre os convidados para discutir os termos da MP.

10h — Subcomissão de Cinema, Comunicação Social e Informática  
Pauta: audiência pública sobre a emenda constitucional que trata da propriedade de empresas jornalísticas e de rádio e televisão. Entre os convidados, estão Evandro Guimaraes, vice-presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e TV (Abert) e vice-presidente de Relações Institucionais das Organizações Globo, e Fernando Martins, diretor-executivo da Associação Nacional dos Jornais (ANJ). *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*

10h — CPI do Futebol  
Pauta: depoimentos do presidente do Clube de Regatas Flamengo, Edmundo Santos Silva, e do presidente do Conselho Fiscal do clube, Delair Dumbroski. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

14h30 — Comissão Especial de Revitalização do Rio São Francisco  
Pauta: instalação e eleição do presidente e do vice-presidente, e designação do relator. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet  
1º Vice-Presidente: Edison Lobão  
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares  
1º Secretário: Carlos Wilson  
2º Secretário: Antero Paes de Barros  
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti  
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Carlos Augusto Setti  
Diretor de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150  
Diretora da Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170  
Diretor da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes, e Eny Junia Carvalho

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Raque Sá, José Cruz e Jane de Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

## CCJ reexaminará PEC que aumenta recursos de fundos

A proposta de emenda à Constituição (PEC) do senador Ademir Andrade (PSB-PA) que aumenta os recursos destinados aos fundos constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste voltará a ser examinada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), uma vez



Emenda de Paulo Souto determinou o reenvio da PEC à comissão

que o senador Paulo Souto (PFL-BA) apresentou emenda à matéria na sessão de ontem, ocasião em que a proposição deveria ter sido votada em primeiro turno.

A PEC prevê o aumento de 3% para 4% na parcela do produto da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados aplicada no financiamento do setor produtivo das três regiões. A emenda de Paulo Souto propõe que seja mantida a paridade atual da divisão dos recursos, cabendo ao Nordeste 60% do total dos recursos (2,4%) e 40% para as outras duas regiões (0,8% para cada uma).

## Empregados públicos não terão direito de servidor

O Plenário rejeitou ontem, após intenso debate, proposta de emenda constitucional que transformaria em servidores públicos, com direito à aposentadoria da União, empregados de autarquias e fundações federais cedidos à administração direta há pelo menos cinco anos. Os empregados de estatais cedidos ao serviço público também seriam beneficiados, desde que estivessem cedidos há dez anos.



Jucá, em nome do governo, defendeu a rejeição da proposta

Em nome do governo, o vice-líder Romero Jucá (PSDB-RR) pediu a rejeição do projeto, comprometendo-se a negociar com o Executivo solução para cerca de 4 mil funcionários do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) que servem ao Ministério da Fazenda há mais de uma década, muitos deles atuando como fiscais da Receita.

# Plenário aprova atendimento domiciliar a paciente do SUS

O projeto garante assistência médica, psicológica, de enfermeiros, fisioterapeutas e assistentes sociais. Será possível também a internação em casa, desde que haja concordância do doente

O Plenário do Senado aprovou ontem projeto que autoriza médicos, enfermeiros, fisioterapeutas, psicólogos e assistentes sociais a prestar atendimento domiciliar a pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS). Será possível também a internação domiciliar, que ocorrerá somente se houver concordância do paciente e da família.

O projeto recebeu parecer favorável do senador Geraldo Althoff (PFL-SC) ao tramitar no Senado. Segundo o senador, "a proposta chega em boa hora" e proporcionará vantagens tanto ao SUS, por liberar leitos em hospitais, como ao paciente, que pode-

rá receber cuidados em casa.

Althoff lembrou que a cada ano tem aumentado a expectativa de vida do brasileiro. Isso significa, afirmou, mais pessoas com doenças crônico-degenerativas, como o Mal de Alzheimer e câncer. O atendimento e a internação domiciliar em alguns casos de doenças crônicas, ainda de acordo com o senador, permitem que o paciente "tenha também o carinho de



Para Geraldo Althoff, a proposta traz vantagens para o SUS e o paciente

seus familiares".

Durante a votação, a senadora Emilia Fernandes (PT-RS) observou que o atendimento residencial tem dados bons resultados nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, a exemplo do que já ocorre em países europeus e da América

do Norte.

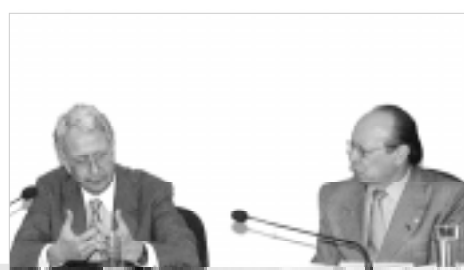
O projeto recebeu emenda do senador Geraldo Althoff, que trocou a expressão "atendimento

por equipes interdisciplinares" por "atendimento por equipes multidisciplinares", por entender que a assistência deve ser prestada por profissionais de várias áreas da saúde. Devido à emenda, o presidente do Senado, Ramez Tebet, enviou o projeto à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que se pronunciará se a mudança é apenas de redação ou se altera o conteúdo. Se for de redação, o projeto será enviado à sanção presidencial. Se a comissão considerar que a nova expressão altera o mérito, o projeto será devolvido à Câmara, onde deverá receber nova votação dos deputados.

## Adiada decisão sobre nome de embaixador

Na reunião secreta, ontem, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) para apreciar indicações de embaixadores, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) pediu vista do parecer do senador Pedro Piva (PSDB-SP) sobre o nome do secretário de Comunicação da Presidência da República, Angelo Andrea Matarazzo, para o cargo de embaixador do Brasil na Itália. A indicação foi feita pelo presidente da República para a vaga antes ocupada por Paulo Tarso Flecha de Lima.

O presidente em exercício da CRE, senador João Alberto Souza (PMDB-MA), tentou convencer Cabral a reduzir o prazo de vista de cinco dias úteis para dois dias. O senador amazonense, entretanto, exigiu a totalidade do prazo regimental para analisar o parecer



Cabral (abaixo) pediu prazo para examinar parecer sobre indicação. João Alberto (D) concedeu vista coletiva



de Piva. Devido ao feriado de sexta-feira, o prazo termina na quarta-feira, dia 17, e pode adiar a sabatina de Matarazzo por duas semanas. João Alberto concedeu vista coletiva para impedir novos pedidos, e disse que analisará a hipótese de convocar reunião extraordinária para quinta-feira, dia 18.

A CRE aprovou, por unanimidade, a indicação de José Artur Denot Medeiros para o cargo de embaixador do Brasil na Alemanha.

Também foi aprovado requerimento do senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) para a realização de audiência secreta com os ministros da Defesa, Geraldo Quintão, do Gabinete de Segurança Institucional, general Alberto Cardoso, e da Justiça, José Gregori. Na reunião seriam fornecidas informações sobre as operações de guerra dos Estados Unidos no Afeganistão, as possíveis ramificações do terrorismo no Brasil e a instalação de escritório da agência de inteligência norte-americana em São Paulo.

Outro requerimento aprovado, do senador Ricardo Santos (PSDB-ES), solicita a realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para analisar ameaças de medidas protecionistas americanas contra o aço brasileiro.

## Nomes de três diplomatas são acatados

Em votações secretas, o Senado aprovou ontem mensagens presidenciais indicando três diplomatas para o cargo de embaixador.

Celso Luiz Nunes Amorim foi aprovado com 51 votos favoráveis, 2 contrários e 9 abstenções para representar o Brasil na Grã-Bretanha e Irlanda do Norte. Car-

los Alberto Ferreira Guimarães foi aprovado para a embaixada na Nigéria, com 50 votos favoráveis, 8 contrários e 3 abstenções. E Luiz Felipe de Seixas Corrêa teve o nome aprovado para o cargo de embaixador-chefe da Delegação Permanente do Brasil em Genebra, também com 50 votos favoráveis, 8 contrários e 2 abstenções.

As decisões serão agora comunicadas ao presidente da República.

Na mesma sessão, o Senado aprovou decretos legislativos outorgando permissão para o funcionamento da Rádio Olinda-Pernambuco, de Olinda (PE), e da Fundação Educativa Santa Clara, de Canindé (CE).

## Fraga deve depor sobre pagamento de indenização

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) aprovou requerimento do senador Wellington Roberto (PMDB-PB) convidando o presidente do Banco Central, Arminio Fraga, e o procurador-geral da instituição, Carlos Eduardo da Silva Monteiro, para prestarem esclarecimentos à subcomissão que investiga o descumprimento de decisão judicial que determina o pagamento de indenização pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB) à Agroindustrial e Reflorestamento S.A. (Arisa).

Segundo Wellington Roberto, presidente da subcomissão, o descumprimento da decisão, já transitada em julgado no Superior Tribunal de Justiça (STJ), vem causando grandes prejuízos à União, condenada a pagar multa de R\$ 40 mil a cada dia de atraso no pagamento. O senador informou que a Arisa, empresa potiguar, chegou a empregar 3 mil pessoas, mas foi obrigada a fechar depois de cobrança indevida de dívidas.

A CFC, presidida pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), também aprovou parecer do senador Luiz Otávio (sem partido-PA) solicitando providências ao Ministério Público, Ministério da Saúde e Tribunal de Contas da União sobre apuração de irregularidades no extinto Inamps e no Sistema Único de Saúde (SUS).

# CAE aprova venda de crédito com a Polônia

Pedido de autorização, formulado pelo presidente da República, terá ainda de ser votado em Plenário. Governo pretende usar os recursos obtidos com a operação no pagamento do serviço da dívida pública

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) aprovou ontem parecer do senador Romero Jucá (PSDB-RR) favorável a que o Senado autorize o governo a negociar no mercado internacional crédito de US\$ 3,4 bilhões que o Brasil tem com a República da Polônia. O pedido de autorização, formulado pelo presidente da República, acompanhado de exposição de motivos do ministro da Fazenda, terá ainda de ser submetido ao Plenário.

Do total dos créditos com a Polônia, 10% poderão ser utilizados para a compra, naquele país, de armamentos destinados a reequipar as divisões do Exército Brasileiro que operam na Amazônia. Esse foi o teor da emenda apresentada pelo senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), acolhida pelo relator e também aprovada.

Segundo Romero Jucá, o embaixador da Polônia no Brasil, Boguslaw Zakrzewski, procurou-o para manifestar o interesse do seu governo em recomprar a dívida do país. Uma vez autorizado pelo Senado, o governo brasileiro pretende iniciar as negociações de venda do crédito com o próprio devedor, reduzindo parte do débito com a compra de armas (10%) e recebendo o restante por pagamento a vista em moeda forte. Jucá disse que, se a oferta for boa, o governo brasileiro não precisará se valer das outras opções: securitizar os créditos com a Polónia ou vendê-los para terceiros no mercado internacional.

A opção de securitização do crédito com os poloneses foi o caminho seguido pelos governos da



CAE ouviu o diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central, Daniel Gleizer, antes de aceitar o pedido para venda do crédito

França e da Itália, segundo explicou à CAE o diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central, Daniel Gleizer, presente à reunião da comissão ontem. Em resposta ao senador Eduardo Suplicy (PT-SP), Gleizer disse que a securitização consiste em converter os créditos em títulos novos que, em seguida, são também oferecidos no mercado, mas com o cuidado de manter o valor real do crédito (considerando cobrança de juros, taxas etc.).

O embaixador da Polónia disse a Jucá, contudo, que essa seria a pior opção para o seu país, porque implicaria em depreciação dos valores dos títulos que a própria Polónia coloca no mercado, trazendo, desse modo, sérios prejuízos. A opção também não é muito boa para o Brasil, porque o país tem um *rating* (taxa de risco) superior ao que tem hoje a Polónia, fato que iria se refletir nos preços dos títulos securitizados.

A terceira opção consiste em vender simplesmente os créditos no mercado, arcando com o deságio, que pode chegar a 30%, levando-se

em conta a taxa de risco da Polónia no mercado. Segundo Romero Jucá, uma vez autorizado, o Banco Central poderá buscar qual a melhor opção para o país.

A comissão rejeitou emenda do senador Paulo Hartung (PSB-ES), que pretendia destinar todos os recursos angariados com a operação aos investimentos do Orçamento da União de 2002, dos quais 40% iriam para as regiões mais pobres do país. A senadora Heloísa Helena (PT-AL) conseguiu que a comissão votasse a emenda em separado. Na votação houve empate, mas o voto de minerva, do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), presidente da comissão, derrubou a proposta. O senador Arlindo Porto (PTB-MG) disse que ela de pouco adiantaria, pois o governo nunca executa o orçamento aprovado pelo Congresso. Os recursos obtidos com a venda do crédito, após a compra de armas produzidas pela Polónia, serão integralmente utilizados pelo governo no pagamento do serviço da dívida pública (juros e amortizações), segundo explicou Romero Jucá.

## Mato Grosso poderá obter redução de dívida

Parecer do senador Geraldo Melo (PSDB-RN) favorável à renegociação de dívida entre o Departamento de Viação e Obras Públicas (DVOP) de Mato Grosso e o Banco do Brasil, com recursos do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO), foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Com a negociação, o débito, de R\$ 27,068 milhões, foi reduzido para R\$ 4,3 milhões, implicando deságio de 80%.

O governador de Mato Grosso, Dante de Oliveira, esteve no Senado para conversar com os senadores e acompanhar a votação da matéria, distribuindo nota explicativa a respeito da operação, contratada em 1991, pelo então governador Jayme Campos. Segundo o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), presidente da comissão, o empréstimo feito a um órgão público com dinheiro do FCO, destinado ao financiamento de produtores, foi completamente irregular. Os recursos desse fundo não podem ser utilizados para empréstimos ao setor público. Apesar disso, explicou, o erro foi consumado e o estado de Mato Grosso precisa dar continuidade ao programa de saneamento de suas finanças.

Segundo Geraldo Melo, a redução do valor da dívida contraída pelo governo de Mato Gros-

so foi possível graças à "queima de gorduras", pela qual o Banco do Brasil deixou de cobrar encargos por inadimplência, multas, juros de mora e honorários advocatícios. Essa "queima de gorduras", para o relator da matéria, mostra apenas o poder excessivo do sistema financeiro, e não trouxe prejuízos para o FCO.

Ao anunciar seu voto favorável ao projeto, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) disse que vai cobrar da comissão o mesmo

posicionamento quando chegarem ali pleitos semelhantes, feitos por outros estados, como Alagoas e Rio Grande do Sul. O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) justificou a aprovação da medida em vista da situação angustiante vivida pelos estados da Federação, argumento também utilizado pelos senadores Paulo Hartung (PSB-ES) e Ney Suassuna (PMDB-PB).

Os senadores Carlos Bezerra (PMDB-MT) e Jonas Pinheiro (PFL-MT) votaram com o relator e negaram nota divulgada na imprensa, de que teriam assumido posição contrária à renegociação, explicando que apenas pediram mais esclarecimentos sobre o assunto. As informações adicionais foram fornecidas nesta semana, principalmente pelo governador Dante de Oliveira.

*Renegociação feita com o Banco do Brasil permite baixar o débito do estado de R\$ 27,068 milhões para R\$ 4,3 milhões*

## "Polonetas" já assustaram o Brasil

No início dos anos 70, como agora, a ordem do governo era exportar a qualquer custo. Isso levou o Brasil a vender muitos produtos, que iam de café a aço, passando por uma gama considerável de manufaturas e ainda pela construção de pontes e estradas em outros países. Com essa política, não foi muito difícil vender. Mas logo depois o Brasil descobriu que era difícil receber os valores financiados a países pobres, como os da África e até alguns da Europa, como a Polónia.

Os poloneses adquiriram produtos e serviços do Brasil em valores superiores a US\$ 6 bilhões de dólares, financiados a curto prazo. À medida que os débitos foram vencendo, o então ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, percebeu que os poloneses não tinham como honrar seus compromissos com o Brasil.

O máximo que os negociadores brasileiros conseguiram da Polónia foi o pagamento dos débitos por meio de papéis. Não dólares, ou qualquer outra moeda forte, mas papel impresso e assinado pelo gover-

no polonês, uma espécie de nota promissória, comprometendo-se a, um dia, quitar o valor devido.

A imprensa brasileira, que já havia conhecido as "simonetes" — cupons que limitariam o uso do então escasso combustível derivado de petróleo (após o primeiro choque do petróleo), e que não chegaram a ser efetivamente lançados —, logo apelidou o papel polonês de "polonetas", uma espécie de "moeda podre", que simbolizava o calote polonês.

A dívida veio se arrastando a partir daí, de negociação em negociação. Em 1992, no âmbito do Clube de Paris, o Brasil concordou, juntamente com outros credores da Polónia, entre eles a França e a Itália, em conceder aos poloneses um desconto do valor devido, de 50%. Os créditos brasileiros com a Polónia caíram, então, para US\$ 3,8 bilhões, encontrando-se, atualmente, em US\$ 3,4 bilhões. O que o governo quer agora é vender o que resta desses créditos para fortalecer as reservas internacionais do país e encerrar definitivamente esse longo capítulo.



Lúcio Coelho com o governador de Mato Grosso, Dante de Oliveira, que esteve no Senado para acompanhar a votação da matéria

## CAE aprova programação monetária do 4º trimestre

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem parecer favorável à programação monetária do governo relativa ao quarto trimestre de 2001. De acordo com a programação, relatada favoravelmente pelo senador Bello Parga (PFL-MA), os juros domésticos básicos (taxa selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia) subiram de 18,25% cobrados em junho para 19% cobrados atualmente.

Bello Parga disse que a programação monetária prevê que a quantidade de moeda de liquidez imediata não se expandirá a uma taxa superior à de crescimento esperado para a economia (pelo conceito de renda nominal).

Segundo o Banco Central, essa expansão imporá contenção e restrição às pressões inflacionárias e de câmbio. Segundo o relator, a atual programação monetária vai ajudar o Brasil a conviver, sem grandes transtornos, com o atual período de crise internacional, agravada pelos atentados terroristas aos Estados Unidos de 11 de setembro último.

Para o senador, os desdobramentos provenientes do cenário externo desfavorável manifestam-se, principalmente, em maiores dificuldades no financiamento do déficit em transações correntes (principal item do balanço de pagamentos, que contabiliza todas as compras e vendas de bens e de serviços de um país), agravadas pela retração dos fluxos de capitais externos. O Ministério da Fazenda trabalha com a perspectiva de um déficit de US\$ 26 bilhões em transações correntes para este ano.

A CAE aprovou outro parecer, também de Bello Parga, favorável à retificação proposta pelo Banco Central à Resolução nº 20, do Senado, que autorizou a renovação das condições nos créditos oficiais oferecidos ao Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana. Dessa forma, os prazos permitidos nos financiamentos são de 20, e não de dez anos. Os juros também foram explicitados, podendo variar de 4% ao ano até 10,75% ao ano.



Bello Parga apresentou parecer favorável à matéria



Paulo Skaf relatou ao presidente do Senado os avanços da indústria têxtil nacional, que gera 1,5 milhão de empregos

## Tebet recebe presidente da Associação da Indústria Têxtil

O presidente do Senado, Ramez Tebet, recebeu ontem o presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil (Abit), Paulo Antonio Skaf. De acordo com o empresário, foi uma visita de cortesia, na qual ele transmitiu os cumprimentos do setor ao senador por sua eleição para a direção do Senado.

Skaf aproveitou para relatar a Tebet os avanços da indústria têx-

til brasileira, que investiu mais de R\$ 7 bilhões nos últimos anos, gera 1,5 milhão de empregos e em 2001 vai garantir um superávit setorial na balança comercial do país. O presidente da Abit informou, também, sobre o recente lançamento de uma marca comum a todos os negócios têxteis do país com o exterior, sob a denominação de "texBrasil".

# Sérgio Amaral debate na CAE estímulo à exportação

Ministro deverá falar também sobre efeitos provocados no comércio exterior pelos atentados terroristas aos Estados Unidos

O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Sérgio Amaral, deve comparecer na próxima terça-feira, às 9h30, à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado para debater políticas de estímulo às exportações. O ministro abordará também as dificuldades enfrentadas pelo Mercosul, diante da crise vivida pela economia argentina, e os efeitos provocados no comércio exterior pelos atentados terroristas aos Estados Unidos, em 11 de setembro último.

A CAE também vai debater em audiências públicas os efeitos da fusão da Brahma com a Antártica, um ano após a criação da

AmBev, e o monopólio do transporte ferroviário exercido pela Companhia Vale do Rio Doce na Região Norte do país.

O senador Lauro Campos (PDT-DF), autor do requerimento sobre a indústria de bebidas, disse que os compromissos assumidos publicamente pela AmBev, de manter independência nas suas três redes de distribuição (Brahma, Skol e Antártica), não estão sendo cumpridos,



Sérgio Amaral analisará ainda dificuldades enfrentadas pelo Mercosul

já que as três marcas vêm sendo distribuídas, nas grandes cidades, pela própria empresa.

O grupo, segundo Lauro Campos, também não cumpriu o compromisso de reduzir os preços dos seus produtos, em 5% ao mês. Ao contrário, afirmou o senador, a empresa praticou reajustes de 38% desde a fusão. As datas das audiências para debater esse assunto e o monopólio da Vale ainda serão marcadas.

## Malan discute MP dos bancos federais

A comissão mista incumbida de examinar a Medida Provisória 2.196-3, que estabelece o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, deve receber hoje, para participar de audiência pública, às 10h, o ministro da Fazenda, Pedro Malan. Também

participam dirigentes dos bancos oficiais, entre eles Eduardo Au-



Malan pode ser convocado pelo Senado para debater Código do Contribuinte

gusto Guimarães, do Banco do Brasil; Emílio Carrazai Sobrinho, da Caixa Econômica Federal (CEF); Byron Costa de Queiroz, do Banco do Nordeste do Brasil (BNB); e Flora Valladares Coelho, presidente do Banco da Amazônia (Basa).

CONTRIBUINTE O Senado delibera hoje sobre requerimento do senador Pedro Simon (PMDB-RS) con-

vocando o ministro da Fazenda ao Plenário para debater os impactos sobre a economia e as finanças públicas da aprovação do projeto do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) que institui o Código de Defesa do Contribuinte.

Na mesma sessão, o Senado decide sobre projeto do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) que autoriza o Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Amapá e Pará (Riapa). Será votado ainda projeto oriundo da Câmara que proíbe o emprego de minas terrestres.

## Suassuna defende conclusão das reformas

Mesmo reconhecendo que o Brasil passou, na última década, por um forte processo de revisão de sua organização econômica, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) defendeu a conclusão das reformas econômicas iniciadas pelo governo Fernando Henrique Cardoso, com vistas a fortalecer o país e torná-lo resistente a crises internacionais.

– Estamos longe, muito longe mesmo, de alcançar uma situação satisfatória quanto às nossas regras para a atividade econômica de produção de bens ou de serviços. Seja no mercado interno, seja para o mercado externo – alertou.

Para Suassuna, o governo deu um sinal importante ao criar o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, mas “muito pouco” está sendo sentido

pelos agentes econômicos que lhes permita ter confiança em uma curva contínua de crescimento. O senador lembrou que não há como realizar qualquer projeto de desenvolvimento nacional, até mesmo um simples programa, sem a adesão da maioria da população.

– Há que haver um projeto coletivo dos brasileiros. Projeto construído, não na unanimidade, meta utópica numa sociedade diversificada como a nossa, mas projeto construído por um consenso majoritário e que reflita os anseios mais verdadeiros dos brasileiros. Se mudanças devem ser feitas em nossa ordem econômica,



Para Ney Suassuna, reformas tornarão o Brasil resistente a crises

e elas devem, certamente, ser feitas, que assim seja. Com a força da convicção e do convencimento das maiorias democráticas – sugeriu.

Um ponto crítico, na opinião do senador, é a reforma tributária. Para ele, sem essa reforma não haverá um Brasil justo. O senador observou que, se essa reforma já era importante anos atrás, “hoje ela é mais do que indispensável”. Suassuna alertou ainda que, se faltaram as condições técnicas e políticas para realizar a reforma tributária, essas condições devem ser criadas para que o país não seja forçado a fazê-la por força dos acontecimentos.



## Propriedade de empresas jornalísticas entra em debate

A Comissão de Educação e a Subcomissão de Cinema, Comunicação e Informática realizam audiência pública conjunta hoje, às 10h, para debater a proposta de emenda à Constituição (PEC) que permite que entidades sem fins lucrativos participem do capital social de empresa jornalística e de radiodifusão.

Participarão da reunião o diretor-executivo da Associação Nacional dos Jornais, Fernando Martins; o presidente da Associação Brasileira de Radiodifusão e Telecomunicações, Roberto Vagner; a presidente da Federação Nacional dos Jornalistas, Elisabeth Villela da Costa; o vice-presidente da Associação Nacional de Editores de Revistas, Murillo de Aragão, e o vice-presidente de Relações Institucionais das Organizações Globo, Evandro Guimarães.

A audiência foi requerida pe-



Geraldo Cândido pediu audiência pública para instruir exame da proposta

los senadores Geraldo Cândido (PT-RJ) e Lúcio Alcântara (PSDB-CE). A Comissão de Educação é presidida pelo senador Ricardo Santos (PSDB-ES) e a Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação Social e Informática, pelo senador Freitas Neto (PFL-PI).

## Emilia representa CE no Foro Mundial de Educação

A senadora Emilia Fernandes (PT-RS) propôs e a Comissão de Educação acolheu proposta para que alguns dos seus integrantes tomem parte no Foro Mundial de Educação, que se realizará em Porto Alegre, de 24 a 27 deste mês, sob o tema "A Educação no Mundo Globalizado". O presidente da CE já indicou a própria senadora para que ela represente a comissão no evento, que deverá reunir cerca de 15 mil educadores de vários países.

— O objetivo do encontro será chamar a atenção dos governos para a luta por uma educação que garanta cidadania, além de conhecimento e informação para os estudantes de todo o mundo e de todas as idades — disse a senadora.

Emilia informou que o Foro Mundial de Educação vai discutir o direito à educação e os aspectos negativos da globalização, como a perspectiva de uma sociedade de excluídos. Segundo ela, tomarão parte no foro educadores e conferencistas de Portugal, Inglaterra, França, Itália, Guatemala, Cuba, Estados Unidos, México e Brasil, entre outros países.

Também foram aprovados dez



Emilia: foro pretende chamar a atenção para a luta por uma educação que garanta cidadania

projetos de decreto legislativo que autorizam as seguintes entidades a operar serviço de radiodifusão: Fundação Osny José Gonçalves, em Rio do Sul (SC); Fundação Centro de Apoio Social de Camaçari, em Camaçari (BA); Associação Comunitária de Radiodifusão, em Caraíbas (BA); Fundação Cultural Ebenezer, em Santa Helena de Goiás (GO); Valente Propaganda e Publicidade, em Caçu (GO); Associação Comunitária a Voz de Bebedouro, em Maceió (AL); Associação Beneficente Comunitária e Social Ajuda Fraternal, em Torrinha (SP), e Sistema Comunitário de Comunicações Santamariense, em Santa Maria de Itabira (MG).

## Aparelhos de TV podem ter bloqueador de programação

Comissão de Educação aprova a obrigatoriedade de os novos televisores conterem dispositivo capaz de impedir recepção de programas inadequados

Projeto estabelecendo a obrigatoriedade de os novos aparelhos de televisão conterem dispositivo que possibilite o bloqueio temporário da recepção de programação inadequada foi aprovado na manhã de ontem pela Comissão de Educação. As indústrias terão um ano para se adequar à nova lei.

A matéria, oriunda da Câmara dos Deputados, foi relatada favoravelmente pelo senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), e agora segue para votação em Plenário. O texto determina que os aparelhos de televisão produzidos ou comercializados no país contenham o dispositivo eletrônico — chamado, nos países que já o adotam, de "V-chip" — que permite o bloqueio da recepção de determinados programas, conforme critério do usuário.

Juvêncio da Fonseca, que também foi o relator de requerimento para a realização, em agosto passado, de audiência pública que discutiu a matéria, lembrou que durante os debates "ficou patente a preocupação da família brasileira com o nível precário da maioria dos programas de televisão". O senador dis-



Ricardo Santos, presidente da Comissão de Educação, com Juvêncio da Fonseca, que deu parecer favorável ao projeto

se que não há posicionamento conclusivo acerca da questão, mas um consenso quanto à necessidade de serem criados mecanismos que imponham um limite para a exibição de violência na televisão.

Juvêncio da Fonseca lembrou que na audiência pública técnicos do setor confirmaram que a indústria brasileira está preparada para produzir aparelhos equipados com o bloqueador em um prazo de dois

anos, no máximo. Durante os debates, Casildo Maldaner (PMDB-SC) disse que a publicação da programação da TV ainda na véspera, como o fazem os jornais diários, permitirá aos pais selecionarem os programas que desejam, para que seus filhos não os assistam.

Os senadores Antonio Carlos Júnior (PFL-BA) e Carlos Patrocínio (PTB-TO) também tomaram parte nos debates.

## Maria do Carmo anuncia expedição no São Francisco

Com o principal objetivo de atrair investimentos para a geração de renda e emprego, a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), em parceria com o Ministério da Cultura, irá realizar a Expedição Américo Vespúcio 2001. A expedição, anunciada em Plenário pela senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE), se insere na comemoração dos 500 anos da descoberta do Rio São Francisco, feita pelo navegador florentino.

A expedição percorrerá o rio — da nascente à foz — entre os dias 5 de novembro e 6 de dezembro. De acordo com a parlamentar, o trecho de 700 quilômetros que vai

da nascente, na Serra da Canastra, até Pirapora, no norte de Minas, não é percorrido por expedições desde a época dos bandeirantes.

Maria do Carmo destacou que a expedição "pretende promover a interação entre o povo do Vale do São Francisco e as pessoas que anunciaram o compromisso de atuar na conquista de melhores condições de vida para a população". Segundo ela, a expedição deverá sensibilizar a po-



Maria do Carmo Alves destaca objetivos da Expedição Américo Vespúcio 2001

pulação local para diversas vertentes, como dar início aos programas de zoneamento ecológico e de revitalização do rio e de seus afluentes.

O movimento desencadeado com a expedição, informou Maria do Carmo Alves, continuará em audiências públicas a partir de

6 de dezembro, nas quais serão apresentadas propostas baseadas no levantamento das potencialidades e das vulnerabilidades do vale empreendido pela expedição.

## Comissão especial sobre o rio será instalada hoje

A Comissão Especial de Acompanhamento e Avaliação do Projeto de Conservação e Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco será instalada hoje,

às 14h30. Na ocasião serão eleitos o presidente e o vice-presidente da comissão e indicado o relator. O projeto prevê a despoluição das águas, conservação do solo,

reflorestamento das margens, fortalecimento da gestão ambiental e outras ações fundamentais para o desenvolvimento econômico e social da região.

# Álvaro: funcionário do Vasco é "laranja" de Eurico

Em depoimento à CPI do Futebol, no Rio de Janeiro, Aremithas José de Lima disse que teve sua conta bancária pessoal utilizada pelo deputado federal e presidente do clube. Senador aponta irregularidades

## Alcântara destaca projeto contra a pobreza

O governo do Ceará liberou a primeira parcela dos recursos do Projeto São José, que tem por objetivo combater a pobreza rural. A comunicação foi feita ontem, em Plenário, pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). A liberação se deu em solenidade com a participação do governador Tasso Jereissati e de associações comunitárias beneficiadas. Com a cerimônia, disse Alcântara, inicia-se agora a segunda fase do programa, já que o Senado aprovou recentemente o pedido de empréstimo ao Banco Mundial de US\$ 37 milhões para sua continuidade.

Segundo o senador, serão beneficiados com o programa 177 dos 184 municípios do Ceará, atingindo cerca de 300 mil famílias, num total de 1,5 milhão de pessoas. Além dos investimentos do Banco Mundial, 10% do custo foi assumido pelo governo do Ceará, informou Alcântara, acrescentando que, por recomendação expressa de Jereissati, a comunidade escolheu a aplicação dos investimentos e acompanhou a execução do projeto.

O programa, que tem por objetivo criar condições de vida digna para as comunidades rurais, "é de enorme alcance social", ressaltou Alcântara, lembrando que um dos grandes problemas do país é a chamada pobreza rural.

## Maldaner defende mais recursos para a Defesa Civil

Para o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), o Brasil é imprevidente e não se protege de problemas recorrentes, como as enchentes no Sul, a seca no Nordeste e as queimadas no Centro-Oeste. Maldaner afirmou que as enchentes no Sul destroem casas, escolas, postos de saúde e pontes e a Defesa Civil não consegue lidar com a situação por falta de recursos. O senador sugeriu ontem que a sociedade pressione o Congresso pela aprovação de projetos que objetivam minorar o sofrimento dos brasileiros que passam por calamidades.

Maldaner citou especialmente dois projetos de autoria dele que prevêm a criação do Fundo Nacional da Defesa Civil. O primeiro indica a arrecadação de uma taxa de 0,5% a ser cobrada de todos os seguros realizados no país. O segundo permitiria que até 2% do Imposto de Renda de pessoas físicas ou jurídicas fossem destinados para a Defesa Civil.

O funcionário do Vasco Aremithas José de Lima afirmou, em depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Futebol, que teve sua conta bancária usada pelo presidente do clube, deputado federal Eurico Miranda (PPB-RJ), para efetuar o pagamento de contas da agremiação.

Disse também que recebia determinação diretamente de Eurico para preencher cheques. Ele acrescentou que, em seguida, os cheques eram encaminhados para o próprio Eurico Miranda, então diretor de futebol do Vasco. Para o presidente da CPI, senador Álvaro Dias (PDT-PR), o depoimento reforça a tese de que o funcionário do Vasco foi usado como



Geraldo Althoff, relator da CPI, lê relatório com o depoimento de Aremithas José de Lima. Ao seu lado, Álvaro Dias, presidente da comissão

"laranja" de Eurico Miranda.

O depoimento foi prestado durante diligência realizada pela comissão na última sexta-feira, dia 5, no Rio de Janeiro, e incluído em relatório lido ontem na reunião da CPI, antes de serem ouvidos os depoimentos do ex-presidente do clube Antônio Soares

Calçada e do presidente do Conselho de Beneméritos do Vasco, Carlos Alberto Cavalheiro.

O relatório revela que Aremithas "recebia ordens" para pagar as despesas pessoais de Eurico Miranda e que o funcionário ainda continua a receber recursos provenientes do clube, que são lançados em

## Dirigentes negam conhecer desvio de recursos no clube

O ex-presidente do Vasco da Gama Antônio Soares Calçada negou ter conhecimento de que o funcionário Aremithas José de Lima fosse "laranja" do deputado federal e presidente do clube, Eurico Miranda. Calçada disse desconhecer que o dinheiro do Vasco depositado na conta de Aremithas, conforme comprovam documentos obtidos pela CPI, era usado inclusive para o pagamento de contas pessoais de Eurico.

O ex-dirigente do clube não soube responder se Eurico Miranda custeou sua campanha eleitoral em 1998 usando R\$ 600 mil do Vasco depositados na conta de Aremithas. Calçada disse ainda que nunca abriu conta no exterior em nome do clube.

— Acho que atualmente o Vasco também não possui conta no exterior — afirmou.

O presidente do Conselho de Beneméritos do Vasco, Carlos Alberto Cavalheiro, também depôs à CPI. Disse que poucas vezes vai ao clube e que, na qualidade de presidente do conselho, não tem acesso à área administrativa da agremiação, não podendo, portanto, dar qualquer informação a respeito de recursos do Vasco. A afirmação de Cavalheiro levou o senador Lindberg Cury (PFL-DF) a denunciar

a existência no clube de corporativismo para encobrir desvios de recursos e evasão fiscal.

— Uma atitude decente seria a realização de auditoria no clube — disse Lindberg.

### NEGATIVAS

"Não sei de nada" foi a frase mais usada pelo presidente do Conselho Fiscal do Vasco, Geraldo Teixeira da Silva, em depoimento na CPI do Futebol, para responder sobre a denúncia de existência de contabilidade paralela no clube. Ele garantiu à comissão não saber, por exemplo, da existência de depósito no valor de R\$ 435 mil feito pelo Vasco em conta de Eurico Miranda quando ainda era o diretor de Futebol.

— Só tomei conhecimento (da contabilidade paralela) pela imprensa — disse. E acrescentou: "Confio no atual presidente do Vasco, Eurico Miranda, e em toda a sua diretoria.

Teixeira da Silva negou a existência de conta no Bradesco no valor de R\$ 16,5 milhões, aberta quando as contas do clube estavam bloqueadas pela Justiça em razão da morte do atacante Denner.

O conselheiro do Vasco confirmou a assinatura dele nos balanços do clube no biênio 1998/1999. Indagado pelo relator da CPI, senador Geraldo Althoff, se tinha detectado crimes como o desvio de recursos ou sonegação fiscal, foi enfático: "Não". Sobre Aremithas José de Lima, o presidente do Conselho Fiscal disse desconhecer qualquer transação bancária entre o funcionário do clube e Eurico Miranda.

Geraldo Althoff demonstrou, com base em documentos, que entre 1996 e 2000 os recursos depositados na conta de Aremithas cresceram ano a ano. De R\$ 78 mil em 1996, o saldo elevou-se a R\$ 1,7 milhão em 1999.



O ex-presidente do Vasco Antônio Calçada afirmou à CPI não saber se Eurico Miranda pagou contas pessoais com dinheiro do clube

sua conta bancária.

Segundo o senador Álvaro Dias, o presidente do Vasco chegou a lançar mão de dinheiro do clube para financiar sua campanha eleitoral de 1998 a deputado federal e de outras pessoas ligadas ao clube. Recursos do clube também foram utilizados por Miranda para pagar despesas pessoais, informou o relator da CPI.

Álvaro Dias adiantou que o depoimento de Aremithas abre caminho para que, no relatório final da CPI, a ser votado até o dia 6 de novembro, seja solicitado ao Ministério Público abertura de processo civil e criminal contra Eurico Miranda, bem como pedido à Câmara dos Deputados para abertura de processo disciplinar contra o deputado. O relator é o senador Geraldo Althoff (PFL-SC).

## Para Althoff, vários crimes foram praticados

O relator da comissão parlamentar de inquérito que investiga irregularidades no futebol brasileiro, senador Geraldo Althoff, disse ter certeza de que o presidente do Vasco, deputado Eurico Miranda, cometeu delitos de falsidade ideológica e apropriação indébita, além de crimes eleitorais e contra a ordem tributária. A afirmação tem por base os depoimentos dos dirigentes do clube carioca, incluindo as revelações do funcionário do Vasco Aremithas José de Lima, apontado pela CPI como "laranja" de Eurico.

Geraldo Althoff informou ainda que outros dirigentes do Vasco, entre eles o presidente do Conselho Fiscal, Geraldo Teixeira da Silva, podem ser enquadrados como co-autores dos crimes. "Ficou demonstrada a existência de uma autêntica convivência passiva envolvendo dirigentes e a presidência do clube", observou Althoff. Segundo disse, todos serão citados no relatório final da CPI, que será enviado também ao Ministério Público.

Hoje, às 10h, a CPI do Futebol vai ouvir o presidente do Flamengo, Edmundo Santos Silva. O dirigente falará sobre a existência de contas do clube no exterior e sobre depósitos em paraísos fiscais.

# Senado censura clonagem de seres humanos

Requerimento de Tião Viana que critica experiência anunciada pelos cientistas Panayiotis Zavos, Severino Antinori e Brigitte Boisselier é aprovado pelo Plenário depois de longa discussão

## Sebastião Rocha parabeniza Justiça do Amapá

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) parabenizou o Tribunal de Justiça do Estado do Amapá (TJAP) pelos dez anos de sua implantação. O tribunal foi implantado em 5 de outubro de 1991, lembrou o senador, contribuindo para o fortalecimento da cidadania amapaense.

Sebastião Rocha afirmou que a Justiça do Amapá "tem sido reconhecida como uma das mais céleres do Brasil e, portanto, uma das mais eficazes". Ele afirmou que ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ) tiveram uma impressão muito positiva do sistema judiciário do estado, que tem tido também reconhecimento internacional, como atestado pelo jornal americano *The New York Post* e pela revista alemã *Der Spiegel*. Segundo o senador, esses periódicos constataram não só a eficiência da Justiça do Amapá, mas também "a forma democrática como ela atua".

No mesmo pronunciamento, Sebastião Rocha protestou contra as "crises permanentes geradas pelo Poder Executivo estadual". Segundo ele, o governador João Capiberibe "faz da crise um cenário ideal para governar", já que "não tem meios para mostrar resultados positivos na sua gestão".

## Tebet convoca suplente para vaga de Jader

O presidente do Senado, Ramez Tebet, anunciou que já convocou o primeiro suplente do ex-senador Jader Barbalho, Laércio Barbalho, para assumir o cargo, vago desde a publicação da renúncia de Jader, no último dia 6.

De acordo com o Regimento do Senado, o suplente tem até 60 dias, prorrogáveis por mais 30, para assumir o mandato. Se não assumir a vaga, Laércio, que é pai de Jader Barbalho, abre a possibilidade de o segundo suplente, Fernando de Castro Ribeiro, ocupar o cargo. Ele teria, então, o prazo de 30 dias para assumir a cadeira de senador pelo estado do Pará.

O Senado aprovou ontem requerimento do senador Tião Viana (PT-AC) de voto de censura aos cientistas Panayiotis Zavos, Severino Antinori e Brigitte Boisselier, que anunciaram o propósito de clonar seres humanos.

O objetivo de Tião Viana é exprimir a indignação dos brasileiros frente a esse anúncio, "a despeito dos riscos de tal prática, considerada moral e cientificamente inaceitável por parte da comunidade científica nacional e internacional, além de nociva ao patrimônio genético da humanidade".

A matéria suscitou intenso debate em Plenário, começando com Roberto Freire (PPS-PE), que disse não se associar a manifestações de censura.

— Não vejo no Senado autoridade nenhuma para censurar



Tião Viana: prática é "moralmente inaceitável"

qualquer desenvolvimento da ciência, por mais inquietante que seja — afirmou.

Autor do requerimento, Tião Viana considerou inimaginável que, ante as preocupações mundiais com a questão, o Senado sobre ela se calasse.

— Vamos nos omitir num assunto que pode ser muito mais grave que a prática da violência oriunda do movimento nazista? — questionou.

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) reconheceu que as pesquisas são eficazes na busca de soluções contra doenças, mas se disse contra a clonagem humana. Já Carlos Patrocínio (PTB-TO) observou que o limite da ciência é a dignidade humana e a ética.

Bello Parga (PFL-MA) disse que todas as pesquisas científicas encontraram óbice de natureza política. Leomar Quintanilha (PPB-TO)

também afirmou que não via eficácia nesse voto de censura, porque não há como impedir o avanço da ciência.

Artur da Távola (PSDB-RJ) ressaltou que não cabe ao Parlamento censurar qualquer forma de atividade científica. Como ele, Ney Suassuna (PMDB-PB) disse que se tivesse persistido a censura a Louis Pasteur, muitos avanços da medicina não teriam ocorrido.

No mesmo tom, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) afirmou que não cabe ao Senado censurar cientistas interessados em clonagem humana.

A senadora Marina Silva (PT-AC) sustentou que colocar alguns freios na clonagem humana não significa travar uma guerra fundamentalista contra a ciência. E Heloísa Helena (PT-AL) disse que a clonagem humana se relaciona com eugenia, visto que trata da seletividade de gens propícios à criação de uma raça perfeita.

## CCJ analisa gratuidade para exames de DNA

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) reúne-se hoje, a partir das 10h, para analisar projeto de lei da Câmara que torna gratuito o exame de DNA, em processos de investigação de paternidade, a pessoas de baixa renda. A proposta tem relatório

favorável do senador Sebastião Rocha (PDT-AP). Caso a CCJ aprove o parecer, a matéria segue para o Plenário.

Os senadores da comissão, presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), vão examinar outros 28 itens na pauta, entre os quais a proposta de emenda à Constituição (PEC) que institui imposto sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos, vinculando sua receita a obras no sistema nacional de viação para preservação do meio ambiente e dos recursos naturais renováveis. A PEC é de autoria



Sebastião Rocha apresentou parecer favorável à proposta

do senador Edison Lobão (PFL-MA) e tem parecer favorável de Cabral, que apresentou emendas à criação do chamado "imposto verde".

A comissão analisa ainda a PEC de Tião Viana (PT-AC) que determina que a votação no caso de perda de mandato de deputado e senador deve ser aberta. O relator José Eduardo Dutra (PT-SE) é favorável à proposta.

Em caráter terminativo, a CCJ vota o projeto de Roberto Saturnino (PSB-RJ) que dispensa de custas processuais as pessoas de baixa renda ou desempregadas. A matéria tem parecer favorável de Pedro Simon (PMDB-RS). Outro projeto permite a cessão de bens apreendidos de traficantes de drogas a entidades públicas. De autoria de Osmar Dias (PDT-PR), a proposta conta com o apoio do relator José Fogaça (PPS-RS).

## Osmar recorre ao Cade para proibir cartel do leite

O senador Osmar Dias (PDT-PR) anunciou que apresentará denúncia ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) para coibir a formação de cartel pelas maiores empresas produtoras de leite do país. De acordo com o senador, as empresas, atuando combinadas, provocam a queda do preço do produto, impedindo que os produtores menores mantenham os níveis de produção.

Há ainda, conforme alertou Osmar Dias, um outro problema associado ao do cartel: a abertura do mercado para o leite importado. "Há um total desrespeito aos produtores nacionais, quando se abre o mercado e se permite a importação, mesmo sob a alegação de que o preço está sendo reduzido em função de que está sobrando leite", afirmou o senador, salientando ainda o fato de que o consumo *per capita* brasileiro está muito aquém do recomendado pela Organização Mundial de Saúde. Osmar Dias disse que o setor está sufocado pela falta de políticas públicas de incentivo à produção leiteira.



Relator do projeto do Estatuto da Cidade, Mauro Miranda preside subcomissão

## Instalada a Subcomissão de Moradia

A Subcomissão de Moradia e Desenvolvimento Urbano, vinculada à Comissão de Assuntos Sociais, foi instalada na manhã de ontem e para presidi-la foi eleito o senador Mauro Miranda (PMDB-GO). Para a vice-presidência da subcomissão, composta por sete integrantes, foi indicada a senadora Maria do Carmo (PFL-SE). O grupo fará o acompanhamento de todas as matérias em tramitação no Senado que tratem de moradia e de condições de urbanização das cidades e deverá promover debates que possam subsidiar projetos para o setor, informou Mauro Miranda.

Relator no Senado do projeto que resultou no Estatuto da Cidade, Mauro explicou que a intenção é mobilizar os políticos, o governo e a sociedade em geral para as questões de moradia e para a necessidade de melhoria das condições de vida da população brasileira que vive nas cidades.

— Hoje, cerca de 82% da população do Brasil mora nas cidades e o governo federal não tem nenhuma política ou estratégia definida para o setor. O que nós queremos é promover o funcionamento de um grande fórum especializado que desperte a atenção das pessoas para os problemas e busque soluções — detalhou Mauro Miranda.

Integram também a nova subcomissão os senadores Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), Lindberg Cury (PFL-DF), Luiz Pontes (PSDB-CE), Emília Fernandes (PT-RS) e Ademir Andrade (PSB-PA).